## MUNICÍPIO DE ITAIOPOLIS - SC - PODER LEGISLATIVO CAMARA MUNICIPAL DE ITAIOPOLIS RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL

## **DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**

ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO/2014 A DEZEMBRO/2014

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
DESPESAS COM PESSOAL	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	930.621,54	0.00
Pessoal Ativo	930.621.54	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	0.00	0.00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	930.621,54	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	930.621,54	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	43.840.845,69	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	2,12	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 6%	2.630.450,74	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 5,7%	2.498.928,20	
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 5,4%	2.367.405,67	
FONTE:	•	

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64; b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art 35 da Lei 4.320/64.

ITAIOPOLIS , 09/03/2015	
 Julmar Marcos Zerger	 Edegar Karasinski
Presidente do Legislativo	Contador CRC-SC 024 499/O-8